NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 11/Jul

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2138 | 2019

Chico Vigilante para deputados que votaram pela Reforma da Previdência: "Nojentos, sebosos, bando de safados"

Foto: Ísis Dantas

O que me dá nojo e me deixa triste é ver esses pilantras acenando com a bandeira brasileira. Destruíram a aposentadoria dos trabalhadores brasileiros. Nojentos, sebosos, bando de safados. Dá uma revolta terrível. Resta aos trabalhadores acordarem para este momento, lutar para mudar essa realidade, dar resposta nas urnas a partir de 2020 e ter uma mobilização permanente para tirar esse bando de canalha em 2022."

Chico Vigilante, deputado distrital pelo PT

Vagner: "A nossa luta continua e agora é no Senado"

Presidente nacional da CUT afirma que a Câmara dos Deputados votou contra os trabalhadores e as trabalhadoras, votou contra o Brasil

"A luta agora é no Senado. Vamos pressionar os 81 senadores e senadoras a dizer não a esse texto da reforma da Previdência. Lutaremos até o fim para impedir essa crueldade com as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros", convocou Vagner Freitas.

O presidente da CUT está em Brasília, onde acompanha, com críticas e protesto, a votação da reforma da Previdência. A Câmara aprovou na

noite desta terça-feira (10), em primeiro turno, o texto principal da proposta da reforma por 379 votos a favor e 131 contra. Eram necessários pelo menos 308 votos (3/5 dos deputados). O texto será agora submetido ao segundo turno de votação.

Para Vagner Freitas, a CUT e todo o movimento sindical têm a obrigação histórica de denunciar à sociedade em que circunstâncias foi aprovada a reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro.

Uma reforma, afirma, que acaba com a aposentadoria, destrói direitos dos trabalhadores e tem como único objetivo beneficiar o poder econômico em prejuízo da maioria dos brasileiros, principalmente os mais pobres.

A aprovação da reforma está custando caro aos brasileiros. Bolsonaro jogou pesado e com muito dinheiro dos cofres públicos para garantir os votos favoráveis. Somente em julho e às vésperas da votação, o governo liberou mais de R$ 2,5 bilhões em emendas parlamentares distribuídas cirurgicamente para beneficiar os deputados aliados, segundo apuração da ONG Contas abertas e dados oficiais. O presidente também gastou R$ 40 milhões em propaganda enganosa e maciça veiculada nos horários nobres de rádio e televisão para convencer a população de que essa proposta é necessária para "promover justiça social, ampliar a capacidade de investimento e gerar empregos". Mentira.

Vagner Freitas lembra que o mesmo ocorreu com a aprovação da reforma trabalhista, em novembro de 2017, quando o governo seguiu igual roteiro de distribuir verbas e mentir que a mudança da CLT levaria ao crescimento econômico e à geração de empregos.

"Falaram, à época, que seriam gerados 2 milhões de empregos. Passados quase dois anos, o que temos são 13 milhões de desempregados, mais de 26 milhões de desalentados e o aumento da informalidade, da precarização do emprego, a redução da renda e o País em crise, estagnado. O mesmo acontecerá com essa reforma da previdência", afirma Vagner Freitas

Por isso, o presidente da CUT convoca: "Vamos marcar o nome de cada um desses deputados e deputadas que votaram a favor dessa reforma, vamos denunciá-los nas redes sociais, nas bases eleitorais deles como traidores da classe trabalhadora. É nosso dever".

Esses parlamentares, afirma Vagner, não podem se eleger em 2020 (aqueles que concorrerem a prefeituras) nem ser reeleitos ao Parlamento federal. "Não voltarão à Câmara e ao Senado, como aconteceu com a maioria dos que votaram a favor da reforma trabalhista em 2017. Nós temos condições de puni-los nas urnas", afirmou Freitas.

Vagner também convocou os sindicatos, os movimentos sociais a prosseguir e intensificar a resistência, o enfrentamento e a luta contra a reforma da Previdência. "Nós sabemos o jogo que há por trás de tudo isso, mas ainda não acabou. Tem a votação no Senado. Vamos fazer tudo que tiver de ser feito, até o fim, contra essa reforma"

Segundo Vagner, é dever histórico seguir na luta. Ao destacar que a CUT e demais centrais sindicais, com o apoio das Frentes (Brasil Popular e Povo Sem Medo) e movimentos sociais, fizeram duas greves gerais com quase 100 milhões de trabalhadores, manifestações gigantescas, e diversas formas de enfrentamento para barrar a reforma da Previdência.

"Essas mobilizações conseguiram retirar da proposta itens caros ao governo Bolsonaro, como a capitalização, a aposentadoria dos trabalhadores rurais e de uma série de outros trabalhadores. Foram vitórias da nossa mobilização permanente, das ações e da greve geral. Vamos lutar muito por mais vitórias como essas."

Fonte: CUT

Previdência: após aprovação em 1º turno na Câmara, entenda como serão os próximos passos

Reforma ainda será votada em 2º turno e no Senado

Sessão no Plenário da Câmara que aprovou o texto-base da Reforma da Previdência na quarta-feira Foto: Daniel Marenco-Agência O Globo

RIO - A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira, por 379 votos a favor e 131 contra, o texto-base da reforma da Previdência em primeiro turno. Para analistas, o placar amplamente favorável ajudará nas próximas etapas da tramitação.

Após a aprovação do texto-base, o próximo passo será a análise dos destaques. Veja a seguir quais serão as etapas da tramitação.

Destaques

Passada a votação do texto-base, os deputados devem votar os destaques, adendos propostos pelos parlamentares para mudar a proposta.

Segundo turno

Superados os destaques, a Câmara deve fazer a votação em segundo turno, novamente com a necessidade de 308 votos a favor, três quintos dos 513 deputados. Pelo regimento, são necessárias cinco sessões entre as duas votações, mas já houve precedentes em que esse prazo foi eliminado por acordo de lideranças. Também podem ser apresentados destaques nessa fase.

Senado - CCJ

Aprovada na Câmara, a proposta é encaminhada ao Senado. O primeiro passo é a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde é avaliada a constitucionalidade da reforma, mas não seu mérito.

Votação no Senado

Ao contrário da Câmara, a reforma da Previdência não vai passar por uma Comissão Especial no Senado. Aprovada na CCJ, ela irá direto para a votação em plenário, onde precisa ser aprovada em dois turnos com os votos de três quintos dos senadores, 49 em 81. Também são possíveis destaques que alterem o texto.

Volta à Câmara (em caso de alteração)

Se os senadores mudarem o texto que saiu da Câmara, a reforma volta para os deputados, que terão de fazer novas votações referendando as alterações.

Promulgação

Aprovada sem mudanças no Senado ou após nova votação na Câmara, a Proposta de Emenda Constitucional da reforma da Previdência é promulgada pelo presidente do Senado, também presidente do Congresso. Com a promulgação, ela entra em vigor imediatamente.

Fonte: O Globo

17 MILHÕES SÃO REPASSADOS EM PROCESSOS AOS VIGILANTES EM 2018

O Sindvigilantes bateu mais um recorde em 2018: repassou aos vigilantes R$ 17.275.185 relativo a processos contra as empresas caloteiras ou velhacas. Ações do Sindicato cobrando direitos dos vigilantes, seja de empresas quebradas (MJR, Savana, Protector, Seviba, Ponteseg, etc.) ou ações iniciadas pelo sindicato contra empresas que não cumprem a lei ou a CCT (Map, Prosegur, Topseg, Vipac, outros.). Tudo disponibilizado e repassado aos vigilantes. Da Vipac - já foram mais de 450 beneficiados com multa de férias. Da Prosegur - foram mais de 600. Da Map - são quase 5.000 com dinheiro repassado ou aguardando (resíduo dos 30% de periculosidade), entre outros. Dinheiro direto para o bolso do vigilante. Esse é o papel do sindicato de verdade.

Defendendo você, Vigilante

Na luta por calar e diminuir ainda mais os direitos dos sindicatos, em defender o trabalhar, em especial os vigilantes, os patrões elegeram como meta acabar com os Sindicatos que defendem a classe. Imaginaram que conseguiriam isto logo em 2017, com a vigência da tal reforma trabalhista, um verdadeiro roubo de direitos, depois com a retirada do imposto sindical. Resistimos. Não menos pior e tão maléfico, chega o governo Bolsonaro, sendo mais um tiro nas organizações sindicais: em março/2019 uma Medida Provisória – MP proíbe o desconto em folha. Resistimos e derrubamos na justiça! - Tudo isto para "desarmar" os vigilantes, deixá-los "desprotegidos", nas garras dos leões. A outra tática patronal, agora, é financiar chapa para tomar Sindicato, que de fato defende você, o vigilante. Você vai aceitar o patrão decide por você e defender os interesses dele mesmo?. Imagine você: o vigilante não tem o contratante, nem a empresa do seu lado e também não terá o Sindicato? - Os exemplos estão a vista, inclusive com estória da paralisação na Ufba, em maio de 2019, para cobrar fatura de empresa. Para nós, o Sindicato é para defender o trabalhador/vigilante. O patrão, já tem seu sindicato, ele atua o tempo todo para "ferrar" conosco. SINDICATO DE VIGILANTE É PARACUIDAR SÓ DE VIGILANTE!

Fonte: Sindvigilantes BA

Seeb MT ganha ação de indenização para bancários vítimas de assalto

BB foi condenado à pagar indenização por dano moral coletivo, no importe de R$ 100.000,00

O Sindicato dos Bancários de Mato Grosso (Seeb/MT) garantiu na justiça o pagamento de indenização por dano moral coletivo e individual aos bancários funcionários do Banco do Brasil, vítimas de assalto à mão armada.

A decisão favorável aos funcionários do Banco do Brasil, representado pelo departamento Jurídico do Seeb/MT, já transitou em julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 23ª Região na 2ª Sessão Extraordinária.

O BB foi condenado à pagar indenização por dano moral coletivo, no importe de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a serem revertidos ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, e ao pagamento de indenização por dano moral individual, na quantia de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a cada um dos empregados.

De acordo com o secretário jurídico do Seeb/MT, Marcílio Lima, vários bancários da extinta agência do Distrito Industrial já receberam a indenização por dano moral. Porém, todos os funcionários que estavam em serviço durante os assaltos também terão direito de receber de acordo com a decisão judicial, para isso, é preciso fazer contato com o departamento jurídico do Sindicato.

Teoria do Risco

Fundamentado na teoria do risco da atividade, o Seeb/MT) impetrou a ação coletiva, através do Escritório de Advocacia Alencar, logo após, a agência do Banco do Brasil denominada Distrito Industrial sofrer dois assaltos. Um no dia 04/05/2015, onde três homens invadiram uma agência bancária, com armas de fogo, fizeram os funcionários da agência reféns, sob a ameaça de morte, só os libertando da tortura psicológica e da ameaça, após a conclusão do assalto. E outro, no dia 01/04/2016, os bandidos invadiram a agência antes de abertura para atendimento ao público, fizeram de reféns todos os empregados e os obrigaram a deitarem no chão, sob mira de arma de fogo, até a abertura do cofre, e posterior conclusão do assalto.

Para o secretário jurídico do Seeb/MT, Marcílio Lima a decisão da justiça do trabalho, considerou que os empregados da atividade bancária estão expostos a um maior risco de assaltos e sequestros, o que torna a atividade considerada de risco e atrai a responsabilidade objetiva por parte do empregador em eventos dessa natureza. "O objetivo da ação dos bandidos é o patrimônio do banco, mas as vítimas são os bancários e clientes, a ação criminosa expõe a vida dessas pessoas ao risco. Essa realidade precisa ser enfrentada, pois a insegurança e os riscos pelos quais os bancários vêm passando só será revertida, a partir do momento que os bancos investirem em mais segurança, acrescenta o secretário de assuntos jurídicos.

"Além do poder público, os bancos precisam ter mais responsabilidade social e investir mais em segurança para dificultar a ação das quadrilhas e proteger os clientes, usuários e os trabalhadores do sistema financeiro", afirma o presidente do Sindicato, Clodoaldo Barbosa, lembrando que o tema vem sendo constantemente negligenciado pelos banqueiros nas mesas de negociações.

Fonte: Seeb MT

Campanha incentiva prevenção de acidentes de trabalho

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em parceria com os 24 Tribunais Regionais do Trabalho, lançaram a campanha "25 motivos para prevenir acidentes de trabalho: essa história não pode se repetir". A ação, que se desenvolve nos perfis dos tribunais no Facebook, é uma iniciativa do Programa Trabalho Seguro, da Justiça do Trabalho.

A campanha se estende até o fim deste mês e chama a atenção para o Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, 27 de julho. A data foi escolhida em 1972, em decorrência da implementação, pelo extinto Ministério do Trabalho, do serviço obrigatório de segurança e medicina do trabalho nas empresas com mais de cem empregados.

Compartilhamento

O objetivo da campanha é chamar a atenção da sociedade para a necessidade da prevenção dos acidentes de trabalho, por meio de relatos reais de trabalhadores de várias partes do Brasil que sofreram esse tipo de acidente. As histórias, contadas em vídeos curtos, serão divulgadas durante o mês nas páginas oficiais dos tribunais e do CSJT no Facebook.

Os posts terão a opção de compartilhamento, para que os demais tribunais, outras instituições, influenciadores e internautas em geral ampliem o alcance da campanha e da mensagem de conscientização.

Acidentes

Os acidentes de trabalho ocorrem por motivos variados: falta ou uso incorreto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), negligência da empresa com o ambiente de trabalho, falta de treinamento e capacitação para realizar determinadas funções ou falta de atenção dos empregados na realização das tarefas, entre outras.

Segundo os dados de 2017 da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, mais de 549 mil pessoas se acidentaram no trabalho e registraram os acidentes por meio da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Outras 98,7 mil pessoas também sofreram acidentes, mas as empresas não abriram a CAT. O número é 6,59% menor do que o registrado em 2016, quando ocorreram 585.626 acidentes no país.

Fonte: TST

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF